

ACTA Nº. 12

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 17-06-11

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Manuel Soeiro Alves, que substitui Luis Filipe Dias Grácio, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respectiva acta avulsa de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Continuando no uso da palavra colocou a acta número onze à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO ONZE -----

A acta número onze, referente à sessão ordinária realizada em vinte e seis de Abril de dois mil e onze, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e duas abstenções, sendo uma do Bloco de Esquerda e outra do substituto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Prosseguindo a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: Tenho duas moções que deram entrada na mesa e que foram distribuídas a todos os membros, uma apresentada pelo Partido Social Democrata e outra apresentada pelo Partido Socialista, que solicitava ao Partido Socialista que a apresentasse”. -----

Interveio **Carlos Amaro** que procedeu à leitura da moção. -----

MOÇÃO -----

É por demais sabido a inexistência de condições mínimas de segurança para os padrões actuais na Estação Ferroviária do Entroncamento. Sob a tutela de governos mais à direita ou mais à esquerda, o que é certo é que o investimento foi e é nulo, naquela que é uma das mais importantes estações ferroviárias do país. -----

O transporte ferroviário, bem como outros transportes públicos são indissociáveis da vida quotidiana, face aos custos doo transporte particular. -----

Aquele que foi outrora um marco da nossa cidade é, mais uma vez, notícia pelas piores razões. -----

Mais uma vez ocorreu uma tragédia no nosso Concelho. -----

O atravessamento pedonal das 11 linhas de comboios é, sem dúvida, um risco diário para o utilizador do transporte ferroviário na Estação do Entroncamento. -----

O abandono, continuado por parte da tutela, daquela que deveria ser uma preocupação primordial levou a que ocorresse mais um acidente trágico no nosso concelho. -----

As medidas implementadas de segurança para o aviso aos utilizadores são insuficientes para o espaço e para o número de utilizadores diários. -----

Nenhum investimento foi feito nas últimas décadas no aumento da segurança, pois a mesma permanece desde sempre, inadequada e desproporcionada. -----

Cabe ao novo governo, junto com um executivo camarário por certo mais próximo, a responsabilidade, o interesse e a preocupação de alterar as actuais condições e procurar o investimento imprescindível. -----

O Partido Socialista no Entroncamento reitera a posição anteriormente tomada, de que é imperativo a implementação de medidas de segurança necessárias e adequadas para as necessidades da população. -----

O investimento nestas instalações é condição para que mais mortes sejam evitadas. -----

Trata-se de uma questão transversal a todos os partidos políticos e a toda a população em geral. -----

Rui Gonçalves apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

Ao final da tarde de Domingo, dia 12 de Junho de 2011, o comboio Alfa pendular, sem paragem, fez mais uma vítima mortal, por atropelamento, na estação ferroviária do Entroncamento, uma das mais movimentadas de todo o país na qual vários milhares de passageiros diariamente embarcam e desembarcam. -----

Conforme há muito vem a ser denunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, Jaime Ramos, assim como pelos autarcas do Concelho das diversas forças políticas e nos diversos órgãos, esta tragédia resulta das deploráveis condições de segurança da estação ferroviária e da omissão de medidas que garantam a segurança de utentes e trabalhadores na estação. -----

Os cidadãos do Entroncamento e os seus representantes nos órgãos autárquicos há muitos anos que reivindicam a salvaguarda da segurança de pessoas e bens no seu Concelho. -----

Na Assembleia Municipal de Junho de 2010, a Bancada do PSD apresentou uma Moção que referia: "A Estação Ferroviária do Entroncamento carece dos mesmos problemas de segurança e de conforto para os seus utentes que há 20 anos atrás. Porquê? Porquê, quando tantas outras estações ferroviárias da Linha do Norte, foram alvo de intervenções nestas áreas e a nossa, quiçá estratégica e operacionalmente mais importante, continua esquecida pelos responsáveis da REFER?" -----

Era questionado, ainda, se só quando ocorresse uma tragédia no Entroncamento da magnitude da ocorrida nos Riachos, se virariam para nós as já há muito devidas atenções da REFER. -----

Na sequência dessa reunião da Assembleia Municipal, a Comissão Permanente dirigiu um pedido de audiência ao Presidente do Conselho de Administração da REFER, Eng.º Luís Pardal, tendo sido recebida pelo seu Director Geral de Planeamento Estratégico. -----

Nessa reunião, a REFER invocou restrições orçamentais para adiar projectos com os quais se havia comprometido, ou seja, eliminar a passagem de nível da Linha da Beira Baixa, deixando esta de ser uma prioridade da referida empresa. Para a Estação ferroviária do Entroncamento, havia projecto mas não havia dinheiro! Havia a "possibilidade" de se efectuarem alterações pontuais a nível da circulação de meios e pessoas dentro do espaço da estação. Mais uma "cortina de fumo"! Os compromissos e as promessas do Governo para com o Entroncamento continuaram por cumprir. -----

Perante as diligências do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, que por duas vezes nos últimos meses solicitou ao Eng.º Luís Pardal para ser recebido, as mesmas não tiveram qualquer resposta da parte do Presidente do Conselho de Administração da REFER. -----

A população do Entroncamento ascende a mais de vinte e dois mil cidadãos mas a REFER continua a ignorar a segurança da nossa população e daqueles que nos visitam. -----

Hoje, a Assembleia Municipal do Entroncamento endereça sentidas condolências à família enlutada e solidariza-se com os autarcas e com a população do Município do Entroncamento, na reivindicação dos investimentos necessários, adequados e urgentes

que se exigem, perante a falta de condições de segurança, numa das mais importantes estações ferroviárias do país. -----

De igual modo, exige-se que a responsabilidade pelas inúmeras omissões seja assumida pelo Presidente da REFER. -----

Continuando no uso da palavra referiu: “ As duas moções versam exactamente a mesma matéria. -----

Precisamente há um ano, em dezassete de Junho de dois mil e dez, foi apresentada aqui uma moção pela bancada do Partido Social Democrata, que em face do acidente ocorrido na estação ferroviária de Riachos, alertava para a perigosidade de uma situação semelhante, infelizmente todos estas preocupações tornaram-se verdadeiras no fim-de-semana passado. -----

Essa moção desencadeou uma série de processos, das quais uma reunião que tivemos na REFER com o Director Geral do Planeamento Estratégico, nessa reunião com todos as forças políticas desta Assembleia, foi-nos transmitido que não havia dinheiro, a estação do Entroncamento não era prioridade. Foi-nos lá feito uma promessa entre aspas, que efectivamente se ia fazer algo a nível de segurança de passageiros e operacionalidade dentro da estação, infelizmente mais uma promessa vã, nada foi feito.

Não quero dizer triste ou despropositada, a maneira como a REFER reagiu a este acidente que é de todo infelizmente lamentável, porque pelos vistos, as pessoas com deficiência auditiva são criminosas, foi dito pelo porta voz da REFER, que o acidente tinha ocorrido porque o senhor não ouviu os avisos sonoros e que tinham entregue inclusivamente o aparelho auditivo à Polícia Judiciária, depreendo que o senhor estava a dizer que era crime uma pessoa ter deficiência auditiva. -----

As duas moções são relativamente parecidas, versam o mesmo assunto, o que nós queremos efectivamente é a estação do Entroncamento remodelada, segura, com conforto para os passageiros e faço a sugestão de juntarmos as duas moções e façamos uma moção única, para enviarmos a quem de direito.” -----

Interveio **Carla Roma**: “ O Bloco de Esquerda está de acordo com o essencial das moções que foram apresentadas no que se refere à exigência de melhores condições de segurança para a estação do Entroncamento, o que é, aliás, coerente com aquilo que tem sido a posição do Bloco de Esquerda no Entroncamento e defendida por alguns dos deputados do grupo parlamentar na Assembleia da República. -----

Pensamos no entanto, que a moção que sair daqui devia explicitamente fazer referencia à urgência da construção urgente de um atravessamento desnivelado das linhas. -----

Gostávamos de registar aqui alguma contradição do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que fazem esta exigência a nível local, e fazem-na bem, enquanto que os respectivos partidos subscreveram um acordo com a Troika que vai restringir o forte investimento público, absolutamente necessário para esta e outras respostas às necessidades dos cidadãos, para além de que, o Bloco de Esquerda propôs para o orçamento de 2011, cerca de um milhão e meio de euros para a estação do Entroncamento, proposta essa que foi também chumbada na altura. -----

Subscrevemos esta moção que sairá daqui e que aqui ou na Assembleia da República o Bloco de Esquerda será sempre coerente e defenderá sempre o investimento na segurança e na modernização da estação dos caminhos de ferro.” -----

Prosseguiu **Mário Eugénio**: “ Queria só fazer um pedido que é muito simples, gostava que depois da minha intervenção, que vai ser mais técnica do que política, e depois o meu camarada António Ferreira, pudesse intervir muito rapidamente. -----

Julgo que estas moções devem ser fundidas, que devem dar a uma única moção, e vou só dar aqui dois ou três comentários que julgo devem ser tidos em consideração quando for feita a moção conjunta. -----

Não queria deixar de relembrar aquilo que o Bloco de Esquerda agora disse, é que de facto, queria hoje aqui relembrar mais uma vez, que não basta virmos aqui com moções locais e exigências locais, quando depois o nosso comportamento a nível nacional, é outro completamente diferente. -----

Quando não são aprovadas verbas em Orçamento de Estado que contemplem este problema que vivemos aqui o Entroncamento, é muito fácil atirar para cima do Presidente da REFER a responsabilizá-lo enquanto gestor de uma empresa pública. -----

Julgo até que do ponto de vista da redacção da moção, gostaria que depois da moção que fosse fundida, não tenho nada contra isso, quando se diz aqui, que na Assembleia Municipal de Junho do ano passado, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma moção, é evidente que essa moção foi uma moção que o Partido Social Democrata apresentou, mas que foi aprovada aqui por unanimidade nesta Assembleia. --

Em relação à moção apresentada pelo Partido Socialista, há aqui um parágrafo que fala no atravessamento pedonal das onze linhas, que é sem dúvidas um risco diário, julgo que o risco é multiplicado quando nós consideramos não o atravessamento das onze linhas, mas os diversos atravessamentos das onze linhas. -----

O outro comentário à moção do Partido Socialista quando refere: “ *As medidas implementadas de segurança para o aviso aos utilizadores são insuficientes....*”, de facto todas são insuficientes, mas não é só aquelas dos avisos, as medidas de segurança são insuficientes, os avisos até são aquelas que são mais gerais, são ouvidas por toda a gente na estação toda, agora o acompanhamento das pessoas, sobretudo tendo em conta a quantidade de atravessamentos que existe nesta estação, isso é que particularmente grave. “ -----

Continuou **António Ferreira**: “ O que venho aqui referir é na continuação daquilo que o meu camarada Mário Eugénio aqui referiu e transmitir algumas das questões que nos foram levantadas na reunião com a REFER há uns meses atrás. -----

As questões que foram levantadas na altura, que tinham a ver com a segurança das pessoas naquele local, um deles era a necessidade do atravessamento no entre linhas é vigiado com meios humanos, ou seja, criar condições para que as pessoas fossem reencaminhadas para a passagem central que é vigiada. -----

Outra questão levantada na altura, foi a falta de sinalética e a necessidade de um reforço da sinalética no local, para além de outras situações que não tem a ver com este caso trágico, tem a ver com outras situações que é as composições junto das bilheteiras.

Algumas das questões que a REFER nos transmitiu na altura, são importantíssimas, aquilo que a REFER nos disse, que havia uma modernização de dois terços da linha do norte e que havia falta de modernização entre o Entroncamento e Santarém, na zona de Coimbra, Alfarelos, Pampilhosa, Ovar e Gaia estão por remodelar ainda, de forma a retirar as passagens do acesso ao cais sem ser por via aérea ou subterrânea. -----

Foi referido também uma preocupação importante e que nós temos que ter em conta, que foi o capítulo cinquenta do PIDACC e os Fundos Comunitários, não estavam a ser aproveitados porque não havia dinheiro e não havia dinheiro porque o financiamento e o recurso aos financiamentos bancários estavam em dificuldades já na altura, e algum desse investimento tem directamente a ver com a segurança das pessoas.

Eles comunicaram nessa reunião, que era uma preocupação deles a questão da segurança na estação do Entroncamento, mas também estavam preocupados aonde é que poderiam ir buscar recursos para fazer essas intervenções. -----

Por outro lado, lamentamos que se perca mais uma vida humana na estação de caminhos de ferro no Entroncamento, não é a primeira, esta tragédia de facto reabriu novamente a discussão sobre este assunto da segurança dos passageiros e dos trabalhadores ferroviários e alertamos para o facto do desmantelamento da política ferroviária nacional que já começou há muitos anos e houve um consecutivo abandono e destruição do sistema ferroviário nacional em detrimento de projectos e estudos, TGV de incentivos à utilização de transportes menos eco eficientes, houve lamentavelmente políticas sucessivas de cortes nos sectores. -----

Éramos para fazer uma moção, mas como vimos as outras moções decidimos que entregávamos depois o nosso contributo para a fusão das duas moções. “ -----

Carlos Amaro referiu: “ A bancada do Partido Socialista depois da votação, entendia que não seria de todo descabido, fazer um minuto de silêncio não apenas por esta vítima, mas por todas as que já ocorreram, no intuito de manifestarmos efectivamente a solidariedade, mas também o desagrado para com toda esta situação. ---

Interveio **Rui Gonçalves**: “ As restrições orçamentais impostas pela Troika e PIDACC, isto é tudo certo, mas este problema tem vinte a trinta anos, há trinta anos que andamos a reivindicar, a fazer planos para a estação, há trinta anos que andam com promessas vãs, isto não é de agora e há que fazer alguma coisa, e por isso se pede a cabeça do Engenheiro Luis Pardal que é o responsável, é o Presidente da REFER. -----

Foi-nos dito na reunião com a REFER que a estação do Entroncamento nitidamente não era prioridade, e a conclusão a que nós chegamos era que o TGV era mais importante do que a segurança na estação ferroviária do Entroncamento.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Acho que pedirmos a cabeça de uma pessoa só, quando o problema tem anos e anos e quando os nossos grupos parlamentares, dos quais temos deputados do distrito, durante anos e anos foram feitas propostas por nós, para a modernização e intervenção na estação do Entroncamento e depois temos deputados que foram eleitos pelo distrito que votaram contra essas propostas, o que é inaceitável do ponto de vista político. -----

Nós podemos estar aqui a pedir a cabeça de uma pessoa para ficarmos de a consciência tranquila. Não estou aqui a defender o Engenheiro Luis Pardal, ele tem tanta culpa como os outros administradores que lá estiveram, agora, uma coisa é certa, os partidos políticos que estão na base da não intervenção nalgumas das principais estações ferroviárias do país, e o que nos foi dito, é que faziam por etapas a intervenção na linha do norte e assim que houvesse dinheiro faziam também os grandes investimentos, só que a estação do Entroncamento, Coimbra e Ovar necessitam de um investimento enorme que não se compara com o resto.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Não havendo mais intervenções, ia propor que estes documentos e o contributo da bancada da Coligação Democrática Unitária e também as notas que tirei da intervenção do Bloco de Esquerda, fossem aprovadas como um documento único na generalidade e que, depois, constituíssemos um grupo de trabalho para a redacção de um documento final. -----

Não havendo nenhuma objecção, vou colocar à votação esta proposta.” -----

VOTAÇÃO DO PROPOSTA -----

A proposta apresentada pela senhora Presidente da Assembleia, foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata,

cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. –

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** citou: “ Constituiremos depois no final da reunião a comissão para o documento final. -----

Proponho então, que respeitemos um minuto de silêncio conforme proposta do Partido Socialista. -----

Respeitado este momento, não queria deixar de lamentar que estejamos mais uma vez a passar por uma situação desta natureza, é desagradável para nós enquanto autarcas, têm procurado fazer alguma coisa contra esta situação, que exactamente há um ano, que foi tratado nesta Assembleia esta mesma matéria, exactamente no dia dezassete de Junho de dois mil e dez, tal como este ano, e portanto é com um grande lamento, aquilo que nos preocupava há um ano, hoje novamente pelas razões mais infelizes. -----

Ainda no âmbito da ordem do dia, os senhores deputados podem usar da palavra sobre outras matérias.” -----

Pediu a palavra **Célia Leal**: “ Reparei que este ano a limpeza dos terrenos particulares principalmente na zona norte, que normalmente nesta altura do ano já se encontram desmatados, e que nesta altura estão muitos atrasados, não é da competência da Câmara mas a fiscalização é, e é nesse sentido que estou a fazer este pedido.” -----

Continuou **Carla Roma**: “ Gostaríamos de fazer uma declaração. -----

Tivemos conhecimento que esta quarta feira chegou ao Entroncamento uma médica estrangeira em fase de adaptação ao Serviço Nacional de Saúde, esta médica veio integrada num conjunto de médicos que vieram da Costa Rica para reforçar a oferta de clínicos nalguns centros de saúde do Médio Tejo, e portanto, gostaríamos de desejar desde já as boas vindas à médica emigrante, fazemos votos de boa estadia na nossa cidade e bom desempenho profissional. -----

Gostávamos no entanto de registar uma informação errada que tem vindo a ser passada reiteradamente inclusivamente nalguns órgãos de comunicação social. -----

A vinda desta médica, segundo nos informaram, não resolve o problema de mais de dois mil utentes sem médico de família no nosso concelho, segundo também nos foi permitido saber, a especialidade de medicina familiar não existe na Costa Rica, portanto, a estes médicos que vieram não poderá ser atribuído o acompanhamento de grupos de risco, planeamento familiar, saúde materna, saúde infantil, acompanhamento este que só poderá ser desempenhado por médicos especialistas. -----

No centro de saúde do Entroncamento vão continuar mais de dois mil utentes sem médico de família, assistidos por um sistema de recurso que minora o problema da assistência médica, mas que não permite a marcação atempada de consulta. -----

Vamos continuar longe da prestação que só é possível quando garantida por médicos de família que existem no nosso país, mas que não são colocados nas unidades de cuidados de saúde, personalizados correspondentes aos nossos centros de saúde.” ----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Tenho duas questões a colocar, uma delas tem a ver com a passagem por detrás dos quartéis que vem dar à recta dos quartéis, algum carro que venha nessa direcção tem algumas dificuldades de visibilidade e era bom que tivesse em frente um espelho que facilitava para quem transita naquela rua. -----

O segundo ponto que queria levantar, era em relação àquilo que já aqui foi falado que é o memorando de entendimento da Troika elaborado entre Portugal, o FMI, o Banco Central Europeu e a União Europeia, esse memorando que foi assinado vai ter consequências enormes em termos das autarquias, há aspectos que são extremamente negativos e que foram identificados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, chamo à atenção para as dificuldades que os municípios vão ter e manter

alguns serviços à população e manter a qualidade de vida que a população das autarquias se tem habituado. -----

A retirada das receitas aos municípios está a ser feito de uma forma cega em muitas rubricas que estão identificadas pela Associação Nacional de Municípios, de uma falta do conhecimento de quem fez estes cortes da realidade do que se passa nos municípios. -----

Por exemplo, estar a cortar nos meios humanos nas escolas, quando esses meios humanos foram transferidos do poder central para as autarquias, muito recentemente é mesmo de quem não tem conhecimento da realidade. -----

O calendário que está a ser proposto é irrealista naquilo que concerne às autarquias. -----

O poder local em dois mil e dez teve um super ávide de noventa milhões de euros, portanto, as autarquias em nada contribuem para os quase onze mil milhões de euros de défice do estado. -----

Por outro lado, a reorganização do estado que nos querem fazer, com o corte de dois por cento na massa salarial das autarquias, é inconcebível porque o estado central propõem-se uma redução de um por cento. -----

As Autarquias têm indicadores que o estado central não tem, cinquenta por cento do investimento público é feito pelas autarquias. -----

Estas questões que estão a ser impostas às autarquias, são inaceitáveis, a Associação Nacional de Municípios não as aceita, e nós devemos estar solidários com essa Associação no sentido de denunciarmos essas questões.” -----

Intervio **José Baptista**: “ Quando ainda agora se falou no FMI, quando os cortes chegam, chegam para todos e é assim que são anunciados e às autarquias nós já notámos que iam chegar, falámos nisso na última reunião da Assembleia Municipal. -----

Quando anunciámos aqui que os cortes iam ser fortes, como aquilo que o senhor deputado acabou de dizer aqui, dissemo-lo na última Assembleia e agora vamos começá-los a ver daqui para a frente, o constrangimento das autarquias vai ser cada vez maior daqui para a frente. -----

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a bancada do Partido Social Democrata tomou hoje conhecimento e permitam-me, que depois do assunto trágico que aqui referimos, vos refira um assunto que nos trás alguma alegria, esperança e alento para os próximos anos. -----

Tivemos hoje conhecimento que a Doutora Isilda Aguincha, tomará posse na segunda-feira como deputada da Assembleia da República, onde irá ocupar um lugar pelo círculo eleitoral de Santarém. -----

Para que eu não esteja a par do que vai acontecer e da forma como vai acontecer, vou ler uma congratulação que foi elaborada pelo Partido Social Democrata: -----

CONGRATULAÇÃO -----

“ A bancada do Partido Social Democrata congratula-se de forma expressiva pela eleição da senhora Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, Doutora Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, como deputada na Assembleia da República, nos termos do artigo vinte, número um, do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento. -----

O Partido Social Democrata comprometeu-se a mudar o panorama político português e a trabalhar afincadamente para a credibilização da classe política, apontando na sua renovação com a presença da Doutora Isilda Aguincha, temos a certeza que tudo o que possa ser feito pela nossa terra e nossas gentes, não será deixado para trás. -----

Sabemos que muitos serão os constrangimentos pela pesada herança que este novo governo receberá, mas acreditamos que todos estarão à altura das suas responsabilidades. -----

A Doutora Isilda Aguincha, para aqueles que não sabem, é licenciada em informática de gestão e mestrado em tecnologias de informática, exercendo na actualidade a docência na Escola Secundária do Entroncamento, onde é adjunta do Director. -----

Depois de vários mandatos nesta bancada, assumiu a Presidência da Assembleia Municipal do Entroncamento, em dois mil e nove ao alcançar uma maioria expressiva pelo voto popular na lista que liderou a este órgão pelo Partido Social Democrata. -----

Nesse ano, ainda recebeu a confiança dos municípios do Médio Tejo, que a elegeram Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sucedendo a Miguel Relvas. -----

Tendo o Entroncamento votado nas eleições legislativas e atribuído a vitória ao Partido Social Democrata pela vontade de mudança e pelo respeito pela candidata ora eleita a mais bem colocada em qualquer uma das listas apresentadas, sabemos que sendo os eleitos deputados da Nação e não representantes dos círculos eleitorais pelos quais se candidatam, a Doutora Isilda Aguincha não deixará de responder positivamente às solicitações que lhe sejam humanamente possíveis, quer do distrito de Santarém, quer do seu concelho, o nosso Entroncamento. -----

Cara Presidente e permita-me que a trate assim, minha cara amiga Isilda Aguincha, acredite que a bancada do Partido Social Democrata desta Assembleia e acredite que os nossos caros membros desta Assembleia e o Executivo, lhe desejamos as maiores felicidades no exercício das funções que agora vai iniciar e a maior força para conseguir enfrentar aquilo que lhe vão pedir, aquilo que lhe vão exigir e aquilo que será capaz de dar ao nosso distrito e às nossas gentes.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Senhor deputado muito obrigada, podia ter avisado que ia fazer uma coisa destas, porque para quem me conhece, sabe que é exactamente aquilo que eu dispenso. -----

Por não ter em consideração e em muito boa consideração as pessoas e o respeito, aquilo que de facto tem muito a ver com a nossa vida, enquanto gentes do Entroncamento, enquanto gentes da região e portanto por isso, acaba por ter a ver com a minha vida e a minha vontade de estar aonde estou, isto é, nunca disse a ninguém que estou a fazer um sacrifício, ou que estou aqui com dificuldade, obviamente às vezes temos a dificuldade dos horários, da gestão do tempo para sermos capazes de cumprir as diversas obrigações, mas, estou aqui porque quero, porque decidi que queria estar aqui e portanto, estarei nas funções que me forem atribuídas, da mesma forma como estou aqui, isto é, entendo que ao assumir funções poderei fazer alguma coisa pela população do meu concelho e neste caso em particular, pela população do meu País, com uma esperança muito grande, mas também com a certeza de que, não vamos viver tempos fáceis, todos nós sabemos disso. -----

Espero acima de tudo, para além da compreensão a ajuda de todos aqueles que participam também no nosso concelho na vida cívica, na vida autárquica, não vai ser uma questão de partidos, vai ser uma questão de trabalho conjunto para fazermos alguma coisa pelo nosso País.” -----

Pediu a palavra **Manuel Soeiro**: “ As eleições legislativas do passado cinco de Junho alteraram profundamente a composição da Assembleia da República. -----

Gostaríamos de desejar que o trabalho dos novos deputados e deputadas eleitos, neste caso com a nossa deputada, contribuíssem para tornar Portugal mais desenvolvido

e mais justo, sobretudo para os mais fracos, os que mais sofrem com a actual crise financeira, económica e social.-----

Será, com certeza, a expectativa de todos os que votaram. -----

Infelizmente, não esperamos boas decisões saídas da nova Assembleia. Porquê? Porque os deputados em larga maioria, eleitos pelo PS, PSD e CDS/PP, partilham no essencial um mesmo programa -- o memorando acordado pelo governo Sócrates com a *tróika* estrangeira. -----

Não esperamos que resulte melhor vida para os nossos concidadãos quando, declaradamente, se pretende aumentar competitividade à custa da redução dos custos laborais. -----

Não esperamos melhores condições de vida para os trabalhadores e para os reformados que irão levar cortes nos seus salários e pensões e reduzir os apoios na doença. -----

Aos desempregados propõem-se reduzir o apoio no desemprego e infernizar ainda mais a vida a quem já a tem no inferno. -----

Dos deputados eleitos pelo PS, PSD e CDS, não esperamos apoio para as famílias, sobretudo para as mais carenciadas. Pelo contrário, seguindo o memorando imposto pela *troika*, propõem-se minorar as deduções no IRS com diversas aquisições, casa própria, reduzir as isenções de IMI e reduzir as deduções com encargos na educação, etc. -----

Dos novos deputados da maioria “tróiquiana” esperamos a decisão de reduzir drasticamente as transferências do orçamento de estado para as autarquias como neste caso a nossa. Menos investimento local, menos qualidade de vida para as populações é pois o que esperamos. -----

Por falar em autarquias, dos deputados da nova maioria não esperamos se não um sim comprometido com as restrições de admissões de pessoal nos quadros autárquicos e do funcionalismo público e com os cortes cegos (porque não têm em conta as diferentes realidades) nos cargos dirigentes das autarquias. -----

O memorando que a maioria fará religiosamente por cumprir é uma verdadeira declaração de guerra às pessoas comuns, mas cuja aplicação brutal não deixará, como de costume, vir acompanhada de piedosas declarações de solidariedade pelos mais fracos e de apelo à caridade pelos desvalidos. -----

Cá estaremos para relevar as vozes que, na Assembleia da República, eventualmente se venham a erguer com dignidade contra este ataque sem precedentes. –

Nas eleições de cinco de Junho, o Bloco de Esquerda sofreu uma pesada derrota eleitoral, reduzindo drasticamente o número de deputados e perdendo o deputado eleito pelo círculo eleitoral de Santarém. Mas os oito deputados eleitos pelo Bloco de Esquerda, assim como todas as nossas forças, estão ao serviço das populações e não faltarão com o seu apoio, sempre que se levantar a resistência contra o programa de injustiça social da *troika*, aceite pelo PS, PSD e CDS/PP. -----

A população do Entroncamento sabe de que lado estamos e sabe que pode contar connosco.” -----

Prosseguiu **Mário Eugénio**: “ A minha intervenção tem a ver com a proposta de congratulação com a sua eleição na Assembleia da República, gostaríamos de referir que ficamos satisfeitos por termos um deputado do Entroncamento na Assembleia da República, enche-nos de satisfação. -----

Também não nos ficaria bem se disséssemos que não estamos à espera que a senhora deputada Isilda Aguincha, não apoie a política que o governo vai implementar, seguramente que sim, agora temos a certeza é que, e não iremos dizer para o próximo

ano, o que dissemos aqui hoje sobre os deputados do PSD do distrito de Santarém a propósito da estação do Entroncamento, isso teremos a certeza que não. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Elisabete Cardoso Farto**: “ Sou advogada na Comarca do Entroncamento, dou os cumprimentos a todos os presentes, estou aqui na qualidade de moradora e de residente, estou também em representação de alguns moradores residem na denominada zona A do Entroncamento. -----

A questão que me trás aqui, juntamente com os outros residentes, gostaria de saber com que fundamento é que a Câmara Municipal do Entroncamento decidiu aplicar uma medida que do nosso ponto de vista é altamente prejudicial para os residentes desta zona que passa por esta questão. Os moradores vão passar a partir do dia 1 de Julho de deixar de ter acesso ao estacionamento gratuito na área da sua residência e portanto, o que gostaria saber de facto, era o que é que levou a Câmara Municipal a tomar esta posição sem consulta prévia dos moradores, tendo a noção que isso será altamente penalizante para os mesmos, tendo também a noção que nós somos as pessoas que mais pagamos a nível do IMI e portanto, também queremos ter algumas contrapartidas e uma das contrapartidas passa por aí mas não só, quando nós adquirimos estas casas que sabemos o valor delas, devido ao facto de se centrarem no centro do Entroncamento, o preço também é um bocadinho diferente das zonas limítrofes, e portanto, quando comprámos e adquirimos estas casas foi com a expectativa que nos foi criada nomeadamente pelo construtor, aliás, foi o construtor que construiu a zona dos passeios à volta dos prédios, e portanto foi com a expectativa de que teríamos obviamente estacionamento gratuito. -----

Portanto, estou aqui para manifestar não só a minha oposição pessoal em relação a esta questão, mas também a oposição dos restantes moradores e gostaria de saber a opinião da Câmara Municipal em relação a este assunto. “ -----

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Devo dizer-vos que vou ouvir todas as pessoas, a Câmara Municipal não se pronuncia nesta reunião sobre esta matéria, porque à intervenção do público apenas eu e só eu posso dar resposta directamente, sendo que, as questões que sejam colocadas serão endereçadas em tempo ao senhor Presidente da Câmara e depois se entenderem deixar os contactos escritos poderão ser transmitidas por escrito. -----

De qualquer forma, vou ouvir todos os presentes que pretendam usar da palavra, sendo que o regulamento diz que não podem usar da palavra pessoas sobre a mesma matéria, nós vamos abrir uma excepção, tendo em atenção a quantidade de pessoas que estão na sala, vamos ouvir todas as pessoas que pediram para falar.” -----

Prosseguiu **João Lérias**: “ Sou município do Entroncamento e resido na zona A, de facto estou aqui a representar-me a mim próprio enquanto morador mas também de certa forma, tentar ser o eco de algumas pessoas que não podendo hoje estar nesta Assembleia, telefonicamente me fizeram chegar a sua opinião sobre o assunto que tem precisamente a ver sobre a eliminação da possibilidade de os moradores desta área poderem ter estacionamento gratuito. -----

Há situações muito diferentes de todos os habitantes da zona A, existem habitantes que poderão até ter garagem para guardar os seus veículos, existem moradores que não têm garagem porque na altura o prédio foi feito sem garagens, ou não têm garagem porque a Câmara na altura, fruto de alguma certa incompetência, não

tratou de resolver as coisas em condições como é o meu caso e de todos os meus vizinhos. -----

Entendemos que aquilo que a Câmara está a fazer com esta alteração ao regulamento, está a abrir uma ferida e uma guerra profunda nesta zona do Entroncamento que seria efectivamente evitável. -----

Desde início e isto acaba por ser de certa forma um comentário ou uma observação que eu faço em nome pessoal, mas desde que foram introduzidos os parquímetros no Entroncamento, a taxação à superfície, a medida e o princípio em si do ponto de vista ecológico, do ponto de vista a todos os níveis é de facto uma excelente medida e existirão cidades onde este princípio será útil e poderá ser aplicado, no Entroncamento eu não acredito, nem vejo até ao momento razão nenhuma para que se tivesse taxado a forma como se taxou toda esta zona à superfície, aliás, a prova verdadeira é tão notória que praticamente nem necessita de ser comentado. -----

Veja-se como estão as lojas no Entroncamento, veja-se como está o comércio.” ---

Neste momento o público presente manifestou-se com palmas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia** referido: “ O público não se pode pronunciar. -----

Doutor João Lérias o senhor conhece as regras desta casa, temos tentado cumpri-las sempre e gostava que conseguíssemos chegar ao fim desta Assembleia como sempre aconteceu esta casa.” -----

Continuou **João Lérias**: “ Seguindo o meu raciocínio, eu estava precisamente a dizer que foi a partir do momento e isso é visível e notório, por isso talvez as pessoas que aqui se encontram, se tivessem manifestado da forma como se manifestaram. -----

O Entroncamento que outrora foi um pólo de comércio centralizador e aglutinador de toda a região, hoje em dia tem um comércio local que é deprimente, tenta subsistir às dificuldades e tenta não encerrar as portas para manter postos de trabalho e para tentar mesmo assim, ir sobrevivendo. -----

A verdade é que toda esta realidade, começou a tomar as proporções que tomou a partir do momento em que começaram a taxar à superfície o estacionamento. -----

Deixou-se de ter clientes nos estabelecimentos comerciais e depois alguns estabelecimentos que as pessoas deixam o carro parado, ou próximo de uma passadeira ou até em cima do passeio porque não há outro local para ir pagar qualquer prestação, ir buscar qualquer arranjo, ou ir buscar um número de calçado que veio de outra loja e quando chegam acabam por ter uma multa, de facto, esta é a realidade. -----

Esta Câmara e o senhor Presidente, quem eu respeito e uma pessoa por quem tenho muita consideração, efectivamente daqui a dois anos ir-se-á embora enquanto presidente, mas, se no passado nós criticávamos o anterior presidente, por ser uma pessoa que tinha poucos rasgos de futuro, eu próprio o critiquei embora sendo do seu partido e achei que ele podia ter feito muito mais pelo Entroncamento, o que é certo, é que quando o Presidente Jaime Ramos se for embora, os comerciantes e toda a população da zona centro do Entroncamento, não ficará seguramente com muitas saudades. -----

Esta questão da taxação à superfície, é uma guerra aberta que se abre nesta faixa da cidade e portanto, exige-se à Câmara e peço também a esta Assembleia, que esta observações e estes comentários, com todo o respeito, pudessem ser levados em conta, tidos em conta, não por três ou quatro pessoas que falam aqui, mas por uma série de pessoas que representamos e que procuramos ser o eco mais fidedigno e para que pudesse o regulamento ser novamente reapreciado e pudesse merecer outro estudo e não pudesse entrar em vigor a um de Julho como está previsto, da forma como está feito.” --

Prosseguiu **Silva Neves**: “ Neste momento não tenho nenhuma questão a apresentar, porque a questão que eu vinha manifestar, já foi colocada pelos cidadãos que me antecederam.” -----

Referiu **Maria Adelaide Alves Dias**: “ Moro na rua Manuel Rodrigues Gameiro, estou aqui como cidadã e como cidadã tenho direitos, mas também tenho deveres. -----

Os meus deveres começam precisamente quando respeito os direitos dos outros. A não poder ser cessada a taxação da zona, queria fazer uma sugestão e foi isso que me trouxe aqui. -----

Todos os moradores tenham a possibilidade de ter um disco rotativo de maneira a que, pelo menos, em qualquer emergência e todos nós temos situações que temos necessidade de ir a casa por poucos minutos, podermos utilizar o espaço público, é fundamentalmente esta minha sugestão. -----

Estou aqui a título absolutamente pessoal, não faço parte de nenhum movimento e também nunca faria parte de movimentos como aqueles que me apareceram na porta prédio, com uma observação escrita sem ser assinado por ninguém. -----

Respeito todos os movimentos, respeito tudo, mas estou aqui a dar a minha cara, a dizer quem sou, e a fazer uma sugestão com o devido respeito pelos direitos de todos.” –

Pedi a palavra **Susana Maria Lopes Santos**: “ Agradeço que tenham posto o aviso nas portas, senão não tinha conhecimento desta situação apesar de ser moradora no Entroncamento. -----

Só queria fazer uma pergunta, se por acaso nós formos para o piso número 2, que é encerrado durante a noite, o que é que pode acontecer se tivermos uma situação de urgência e não me venham dizer para chamar o 112, basta uma criança estar com febre, com falta de ar, não precisa de chamar o 112, como é que se vai buscar o carro quando o parque está encerrado?” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção do público presente, a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Obviamente que este é um problema que toca a um conjunto significativo de cidadãos, todos nós temos carro e temos a pretensão de o estacionar, muitos de vós até têm garagens, outros não as têm. -----

A Câmara Municipal disponibiliza um parque gratuito junto, e passo a expressão, ao Pingo Doce, que pode ser utilizado por qualquer cidadão, independentemente de ter cartão ou não, eu quando preciso de um lugar à superfície, não sou residente da zona sul do concelho, não tenho cartão para parar em sitio nenhum, não tenho nem peço, e portanto, vou estacionar no parque subterrâneo, isto para vos dizer, que obviamente não tenho também resposta para vos dar de imediato, tenho acima de tudo a dizer-vos que depois de aprovada a acta desta reunião, aquilo que são as questões apresentadas nomeadamente a proposta da senhora doutora Maria Adelaide, que pode muito bem ser considerada. “ -----

Entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

TOMADA DE POSSE DE UM ELEMENTO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Após a leitura da acta avulsa e de todos os trâmites legais da tomada de posse a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO E AO PPI - 2011 -----

Interveio **António Ferreira**: “ Em relação a esta revisão do orçamento e grandes opções do plano, era uma situação que já estávamos à espera que isto acontecesse, é uma situação recorrente em que todos os anos se fazem revisões, dentro daquilo que já se prevê logo no início do ano. -----

Como nós tínhamos referido na altura da aprovação do orçamento, as despesas correntes estavam subdotadas e portanto, estas rubricas não correspondiam de forma alguma às necessidades do município para algumas verbas, aliás, é uma situação que vem acontecendo todos os anos. -----

Na área dos transportes 130 mil euros de reforço, na electricidade 154 mil euros, na aquisição de gás mais de 12 mil euros e na água e saneamento 422 mil euros, todos ao anos estas rubricas durante o decurso do exercício, são reforçadas com verbas tem têm a ver com o saldo do exercício do ano anterior. -----

É evidente que isto é legal, mas gostaríamos como já dissemos em anos anteriores, que esses reforços fossem para investimento, para despesas de capital e não sobretudo e exclusivamente para a despesa corrente, isso indicia que o município gasta demasiado em termos de despesa corrente, não tem capacidade de gerar receitas para despesa de capital e isso reflecte-se também em termos da dívida do município que não pára de crescer. “ -----

Continuou **Fátima Búzio**: “ Como temos, repetidamente, alertado os sucessivos orçamentos municipais têm sido inflacionados, são documentos sem rigor. E sendo um documento sem rigor, deixa de ser um instrumento de trabalho para se tornar um instrumento de demagogia política. -----

Grandes ambições, muitos projectos, poucas concretizações. Mas, porque razão o Partido Social Democrata apresentou algumas rubricas com uma clara sub-orçamentação no orçamento municipal para dois mil e onze? -----

Quanto a nós a razão é óbvia. Estando obrigados a apresentarem o orçamento municipal, acatando o princípio do equilíbrio orçamental, para poderem orçar tudo o que fosse possível, mesmo que não exequível, encandeados pelo “brilho” que julgam advir da multiplicação de candidaturas do âmbito do QREN (as quais já não irão ser consideradas, na última Assembleia Municipal o senhor Presidente lamentou-se do facto), só viram um caminho: aumentar a despesa de capital e, por contrapartida, de uma forma artificiosa abaterem nas despesas correntes que agora nos propõem rectificar. -----

Este esquema, elaborado quando decorria a execução do exercício, de dois mil e dez (por volta de Setembro/Outubro), ainda sem valores finais do exercício, faltava pelo menos um trimestre, que era de grande incerteza. -----

Ora o caminho correcto, que seria orçamentar recorrendo a capital alheio (vulgo empréstimo) estava afastado de hipótese dado o nível de endividamento do município e a carga política negativa que tal acarretava. Portanto só restava um expediente de “de última hora”, manipular o orçamento municipal. -----

Perante estes factos, ficamos expectantes, relativamente ao próximo parecer da auditoria às contas do município que os auditores externos (os quais reportam à Assembleia Municipal), irão apresentar. Nomeadamente tendo em conta o artigo quadragésimo sétimo da Lei das Finanças Locais que citamos: *Auditoria externa das contas dos municípios e associações de municípios com a participação de capital.* -----

1 - As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas, devem ser verificadas por auditor externo, que reporta à Assembleia Municipal.-----

- (...) -----
3 – (...) -----
d) Remeter **semestralmente** ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira. -----
e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal.”, fim de citação. -----

Esperamos mais do próximo parecer, em contra-ponto com o completamente inócuo parecer anterior. -----

Para terminar, queremos deixar claro que não avalizamos estas más práticas e que as denunciaremos, sempre que tal se verifique, mas para não inviabilizarmos o pagamento de encargos assumidos, iremos abster-nos.” -----

Prosseguiu **Manuel Domingues**: “Relativamente a este documento, gostaríamos de ser esclarecidos sobre a necessidade de se proceder a aumentos tão significativos de dotações de determinadas rubricas. -----

Por exemplo, a verba prevista para electricidade, passa de 177 mil euros, para 332 mil euros, ou seja, um aumento de 87%. -----

Já a despesa prevista para a aquisição de água, passa de 539 mil euros, para 864 mil euros, um aumento de 60%. Esta verba parece-nos exagerada, já que de acordo com as contas de 2010, a verba gasta com a aquisição de água foi de apenas 649 mil euros. –

Para além dos reparos pontuais a algumas rubricas agora alteradas, queremos referir que não percebemos a necessidade de se aumentar o valor das receitas correntes cujo valor previsto no orçamento de 2011 é de 10 928 259,00 euros valor já superior às despesas correntes no ano de 2010. -----

Estávamos convencidos que neste ano de 2011, o valor das despesas correntes iriam diminuir e não aumentar. -----

Gostaríamos de ver esta verba de 1 220 00,00 euros ser incluída nas receitas de capital, uma vez que é nestas que de momento se verifica uma maior discrepância entre os valores previstos e os realizados.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI – 2011**” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito abstenções sendo cinco do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO TRÊS ----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM SUPORTES PUBLICITÁRIOS – 2011** -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Muito rapidamente para justificar o nosso voto, que vai ser um voto contra como fizemos em vinte e quatro de Fevereiro e também pela mesma razão. -----

Tal como nessa altura, continuamos a não concordar com esta proposta, pelo facto de não isentar as empresas que não tenham sede no nosso concelho.” -----

Não havendo mais intervenções procedeu à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS

O ponto número três “ **Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação de Espaço Público com Suportes Publicitários – 2011**”, foi aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO

CONCESSÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES E REDE DE FIBRA ÓPTICA MUNICIPAL

Interveio **Célia Leal**: “ Queria antes de fazer qualquer intervenção de fazer uma pergunta, se realmente se torna já necessário tomar uma decisão sobre esta proposta de concessão das infra-estruturas e a minha pergunta é no seguinte: Não sei e penso que a bancada do Partido Socialista não sabe se nesta altura toda a rede já está concluída, se estiver concluída, achamos pertinente que seja tomada uma decisão, se não estiver, pensamos que seria preferível, até porque estão aqui em causa informações de ordem técnica que nós não tivemos tempo de consultar com pessoas da parte das telecomunicações, pretenderíamos que isto pudesse ser passado para a assembleia de Setembro. -----

Estou a colocar se as infra-estruturas estão concluídas, porque sabemos que a empresa a quem estava adjudicado a construção das mesmas, apresenta graves dificuldades financeiras e é face a esta questão que questionamos da necessidade e da urgência de uma tomada de decisão já hoje.” -----

Esclareceu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Quando isto é apresentado a esta reunião, é fundamental andar com este processo porque temos uma candidatura a decorrer e há que conclui-la. -----

Sobre a situação da empresa, a parte que está entregue a eles e quando estamos a falar disto, estamos a abrir uma concessão para um qualquer operador, não estamos a falar da empresa, a empresa acabou a parte deles, esta primeira fase da candidatura está completamente resolvida. -----

Neste momento, o que se pretende é abrir um concurso para uma concessão, não tem nada a ver com esta empresa, o que se pretende é continuar com o processo conforme estava previsto na candidatura que apresentámos ao QREN.” -----

Prosseguiu **Célia Leal**: “ Fiquei sem perceber se realmente toda a rede que era para ser instalada até esta altura, se está instalada ou não?” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Tudo o que estava para ser feito até agora está feito. Agora é a segunda fase, uma nova empreitada que se tem de fazer. –

Na primeira fase, tudo o que nós lançámos a concurso está concluído neste momento.” -----

Continuou **Mário Eugénio**: “ Da análise que fizemos a este processo tirámos algumas conclusões. -----

Uma das conclusões que tirámos é de que, a Câmara Municipal partiu para um projecto de risco elevado, sendo que, não tem vocação nem competências técnicas para a sua gestão. -----

Tirámos a conclusão da constatação da Câmara de um problema de elevados custos associados. -----

A saída que foi encontrada foi estabelecer um contrato de concessão, que do nosso ponto de vista e daquilo que lemos é um contrato problemático tendo em conta a falta de experiência que existe em situações idênticas. -----

O próprio parecer da Associação Nacional de Municípios revela algumas preocupações, que se devem ter em conta. -----

A nossa posição no entanto, é de que devemos contribuir para minimizar potenciais perdas e também entendemos, que devem ser encontradas soluções sobretudo e esta que está aqui apresentada, potencie a utilização pública da rede e com isso estamos de acordo. -----

Nós temos por hábito nesta assembleia, sempre o fizemos, ou quando não o fazemos justificamo-lo e por isso é que estamos hoje com esta justificação, nós gostamos de votar sim ou não, seguros do que estamos a fazer, nós hoje infelizmente não vamos votar nem a favor, nem contra, porque não estamos seguros de que devemos votar a favor por uma determinada razão, ou contra por outra razão. -----

Julgo que a minha intervenção foi suficientemente esclarecedora para se perceber que não estamos conscientes do voto que devemos dar hoje a esta proposta e portanto, vamo-nos abster. -----

A nossa abstenção tem a ver com o facto de não estarmos suficientemente esclarecidos e seguros da eficácia da solução que nos está a ser apresentada.” -----

Pedi a palavra **Carla Roma**: “ Quer aqui na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal o Bloco de Esquerda tem vindo de forma reiterada a alertar para os riscos que comportam o envolvimento do município num projecto desta natureza, extremamente complexo na nossa opinião. -----

Como sempre afirmámos, o cálculo da relação custo/benefício que é a base imprescindível para qualquer decisão fundamentada para este investimento, deveria desde o primeiro momento integrar os custos que estão associados à manutenção e à exploração desta infra-estrutura, isso não foi feito e a maioria optou por ir avançando e resolvendo uma a uma aquilo que nós consideramos as diversas armadilhas, em que desde o primeiro momento esteve enredado todo este processo. -----

Por exemplo, só agora é que se descobriu que afinal estes custos de manutenção e exploração são muito pesados, exigindo a adopção de outro desenho técnico ou financeiro para esta operação e a nosso ver, isto não podia acontecer nesta fase. -----

Não será no entanto, pelo Bloco de Esquerda que se vai deixar de resolver este imbróglio que foi a nosso ver, desnecessariamente criado, até porque a situação mudou desde que nós levantámos as nossas reservas iniciais, hoje parte do investimento já foi feito e temos que sair deste beco para o qual fomos conduzidos e rentabilizar de alguma forma o dinheiro que já foi gasto. -----

Gostaríamos no entanto, de renovar a nossa chamada de atenção para aquilo que consideramos alguma fragilidade jurídica patente neste parecer da Associação Nacional de Municípios, como de resto também já foi feito pelo vereador na reunião de Câmara e cuja acta nos chegou.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Acho que os senhores deputados desde o princípio das duas, uma ou não leram aquilo que lhes foi dado, ou não entenderam o que lhes foi dado, é a percepção nítida com que se fica. -----

A rede de exploração de fibra óptica sempre foi programada para, das duas uma, ou a Câmara assumia a manutenção e exploração, ou a Câmara fazia a concessão da exploração e manutenção, é tão simples quanto isso, não foi nada feito de uma maneira e agora é feito de outra, são modelos de negócio, são duas opções que foram postas à frente e a Câmara decidiu por esta. -----

Acho que as pessoas não têm a mínima noção do que estamos a falar, em dois mil e oito para ligar cinco edifícios municipais, foi pedido por um operador por uma

concessão de três anos, trezentos mil euros, no fim do qual o serviço acabava e ficávamos na mesma. -----

A Câmara investiu com oitenta por cento participado, duzentos e sessenta e um mil euros e vamos ficar com a rede feita, são quarenta mil euros a menos por uma coisa que é nossa, só nossa. -----

Quando se fala aqui na concessão, nós temos uma rede construída e a partir de agora, a empresa ou empresas que concorrerem ao concurso que vai ser lançado, vai ter um caderno de encargos definido como deve ser, vão por a sua fibra óptica e vão ligar dezasseis edifícios municipais por duzentos e sessenta e um mil euros e aquilo fica nosso. -----

As pessoas têm de perceber o que é que estamos aqui a tratar, estamos a falar de um investimento que vai proporcionar a ligação a casa das pessoas, além dos edifícios municipais, de serviços que neste momento não possuem.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “ De facto eu li o documento, posso não ter compreendido, agora depois de toda a explicação que o deputado Rui Gonçalves deu, sinto-me realmente burro, mas de facto eu não compreendi, mas li. -----

De facto vou sair hoje daqui sem ter compreendido tudo isto, houve coisa que eu compreendi dessa explicação, mas as minhas dúvidas nem sequer eram essas, porque nós estamos aqui a falar de um contrato de concessão. -----

Lamento mas não compreendi, vou-me abster, gostaria de votar sim ou não, vou tentar compreender no futuro esta situação.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Concessão das Infra-estruturas de Telecomunicações e Rede de Fibra Óptica Municipal**” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez abstenções, sendo cinco do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Era para pedir mais uma vez, que as informações das associações às quais pertencemos, Resitejo, a Fundação, essas informações do respectivo exercício dessas entidades nos sejam prestadas, como já aqui foi referido anteriormente.” -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**: “ Respondendo ao senhor deputado António Ferreira, o Relatório de Contas e o Plano de Actividades da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, deu entrada hoje na Assembleia Municipal. -----

Queria prestar um esclarecimento sobre a fibra óptica, quero dizer que tem um benefício muito grande para o Entroncamento, liga todos os edifícios municipais na área da regeneração urbana e só na área da regeneração urbana, não há outra hipótese, porque foi nesse âmbito que foi candidatada. -----

Quero-vos dizer que neste momento está a decorrer uma candidatura em rede, na Comunidade Urbana, para levar à zona Industrial, ao cemitério, aos sítios que estão fora da área da regeneração urbana. -----

Queria fazer um ponto da situação das obras do QREN, acho que devo partilhar isso com os senhores. -----

Ainda hoje tivemos a última reunião antes das férias, na Comunidade Urbana, que as duas escolas do primeiro ciclo do Entroncamento vão ser aprovadas para a semana que vem. -----

Tive uma reunião na quinta-feira antes das eleições, com o senhor Secretário de Estado, por causa da escola Ruy de Andrade, também já foi mandado uma minuta de protocolo para a Câmara Municipal do Entroncamento. -----

Em relação às escolas do primeiro ciclo, essas sim, é o que eu tenho do Presidente da Comunidade Urbana e da Gestora do Programa de Coimbra e para a semana que vem essas duas obras serão aprovadas, para regozijo do Entroncamento, porque passa a ter todas as escolas de primeiro ciclo e jardim-de-infância novas. -----

Sobre a limpeza dos terrenos particulares, não é da nossa competência é da Brigada do Ambiente da GNR.-----

Sobre o espelho na rua por detrás dos quartéis, eventualmente vai nascer ali uma rotunda, eu não gosto do espelho, numa recta nunca temos a noção da distância do carro.

Sobre o acidente que houve, a Câmara Municipal do Entroncamento entendeu por bem, assim como a Assembleia Municipal, formar uma equipa constituída por mim e os senhores vereadores Alexandre Zagalo e Carlos Matias, foi mostrado aqui na Câmara um estudo de como seria a segurança na estação do Entroncamento, mas, descaradamente foi anulado o concurso, indemnizados os técnicos e acabou o concurso, soube-o no dia do aniversário da REFER no Entroncamento. -----

Alguém fez queixa ao IMTT que é quem tem a responsabilidade disto, a Associação Nacional de Municípios está a tratar desse assunto comigo, a entidade reguladora do assunto é o IMTT e eles alertaram a REFER para isso, eles vieram logo cá para tentarem fazer ali uma passagem, que nunca mostraram nada, tipo estaleiro de obra, é claro que nós não estamos minimamente disponíveis para isso e disse isso ao engenheiro Luis Pardal. -----

Quando morreram as pessoas na estação dos Riachos, nós também alertámos, voltámos a alertar em Janeiro deste ano, e dissemos o que é que pretendíamos, passagem de nível Beira Baixa e do Leste, nunca se pediu para remodelar a estação para pôr inox, faias, vidros, não se pediu nada disso, pediu-se segurança para as pessoas. -----

Quero dizer que naquele dia, não havia uma única pessoa da REFER na única passagem de nível aonde se deu o acidente, tenho ali e-mail de pessoas que estavam lá, que não havia lá ninguém. -----

A Câmara Municipal amanhã tomará mais algumas posições sobre esta matéria e alguns desenvolvimentos que houveram à posteriori, também já se solidarizou-se a senhora Governadora Civil, o Médio Tejo tomou hoje uma posição na reunião, da Associação de Municípios tive uma chamada do Secretário Geral e portanto, nós não vamos parar sobre esta matéria. -----

Tenho a certeza que nunca mais vai ser nada igual, para não acontecer e Deus queira que nunca aconteça nada na passagem de nível, porque foi dito a pessoas, que aquela é das últimas das prioridades porque não tem havido lá acidentes. -----

Nós fizemos o nosso percurso, fomos recebidos pelos grupos parlamentares, as pessoas ficaram sensibilizadas, as pessoas hoje são outras e amanhã estaremos lá todos outra vez a mesma equipa, se estiverem disponíveis e entendo que sim. -----

Há dois dias mandámos para a REFER informação que o viaduto sob a linha do norte junto à EDP, tinha abatido e então, mandaram o engenheiro António Viana dizer que isso não era nada connosco, com a gente é só a obra de arte”. -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinco minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: